



Renata Oliveira dos Santos

Zuleika de Paula Bueno

Fagner Carniel

VIII ENCONTRO NACIONAL SOBRE O ENSINO DE SOCIOLOGIA NA
EDUCAÇÃO BÁSICA

GT 08: POLÍTICAS PÚBLICAS E A FORMAÇÃO DOCENTE EM CIÊNCIAS
SOCIAIS: LIMITES E POSSIBILIDADES

PIBID: UMA POLÍTICA PÚBLICA DE RESISTÊNCIA

São Paulo, SP

2025



PIBID: UMA POLÍTICA PÚBLICA DE RESISTÊNCIA

Renata Oliveira dos Santos¹
Zuleika Bueno²
Fagner Carniel³

RESUMO

O Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (PIBID) é uma política educacional federal, criada em 2007, que preza pela formação de novas/os professoras/es para a Educação Básica. Em 2025, o subprojeto de Ciências Sociais da Universidade Estadual de Maringá (UEM) atua em três escolas públicas da cidade, cada uma com características distintas: uma segue o modelo de Educação Integral, conforme definido pela Secretaria de Estado da Educação do Paraná (SEED-PR); outra mantém uma estrutura tradicional, com três turnos e turmas do Ensino Fundamental, Médio e Educação de Jovens e Adultos (EJA); e a terceira integra o programa Parceiros da Escola. Essas realidades tão distintas têm nos mostrado que a presença do PIBID de Ciências Sociais nessas instituições também é sentida e absorvida de modo diverso, afetando significativamente a formação de nossas/os licenciadas/os, bem como a relação entre universidade e escola. Neste trabalho, analisamos essas diferenças com dois objetivos: (1) mapear os caminhos da educação pública no Paraná e (2) discutir estratégias de resistência para o ensino de Sociologia na educação básica brasileira. Trata-se de uma pesquisa qualitativa de caráter exploratório que objetiva problematizar os limites e as potencialidades do PIBID como estratégia política de formação docente inserida na luta pela educação pública e pela manutenção da Sociologia no currículo escolar.

Palavras-Chave: Política de Educação; Formação Docente; Ensino de Sociologia; PIBID.

INTRODUÇÃO

O cotidiano docente é marcado pela reflexão permanente sobre sua prática. Freire (2018), por exemplo, nos ensina que cabe às/aos professoras/es pensar o exercício da sala de aula ao menos em duas etapas. A primeira, na preparação das aulas; a segunda, no ato de ministrá-las. Para efetivar-se como uma forma de atenção e aprimoramento em relação ao próprio fazer pedagógico, esse trabalho

¹ Doutoranda do Programa de Pós Graduação em Ciências Sociais da Universidade Estadual de Maringá – UEM; Doutora em Educação, pelo Programa de Pós Graduação em Educação - PPE da Universidade Estadual de Maringá – UEM. Docente do Departamento de Ciências Sociais – DCS da Universidade Estadual de Maringá. Parda. Cis. Maringá-PR – reosantos.mga@gmail.com

² Doutora em Multimeios pela Unicamp; Docente do Departamento de Ciências Sociais da UEM. Branca. Cis. Maringá-PR – zbueno@uem.br

³ Doutor em Sociologia Política pela UFSC; Docente do Departamento de Ciências Sociais da UEM. Branco. Cis. Maringá-PR – fcarniel@uem.br.



reflexivo exige um método que costuma ser desenvolvido por todo docente a partir de sua situação pessoal e de sua vinculação a uma comunidade de ideias. Por isso mesmo, a formação inicial oferecida pelos cursos de licenciatura é tão decisiva para a qualidade da educação escolar.

O PIBID pode ser definido e estudado como uma política pública de educação que valoriza a formação disciplinar oferecida pelos cursos de licenciatura e visa estimular e promover a iniciação das/as pibidianas/os no ambiente escolar. Nesse sentido, o programa fortalece a parceria entre a universidade e a escola por meio da participação, observação, realização de pesquisas e variados tipos de atividades que são desenvolvidas na universidade e ao longo da permanência nas escolas, espaço por excelência de atuação profissional docente (Brunetta, Bodart; Cigales, 2020).

O PIBID-Sociologia proporciona a presença de estudantes de Ciências Sociais no interior das escolas. Trata-se, portanto, de uma ação importante para que as/os alunas/os em formação participem do cotidiano escolar, desenvolvendo atividades, identificando desafios existentes no contexto da educação básica, como também uma forma de resistência aos ataques sofridos pela disciplina, que coloca em xeque a sua importância nos currículos escolares (Carniel e Bueno, 2018). A própria implementação do programa demonstra que há uma demanda por novas professoras/es qualificadas/os para o exercício docente no ensino de Sociologia, sendo formados nas universidades. O Curso de Ciências Sociais - Licenciatura, da Universidade Estadual de Maringá – UEM conta, em 2025, com vinte e quatro pibidianas/os bolsistas, seis estudantes voluntárias/os, um coordenador, duas coordenadoras convidadas e está presente em três colégios públicos estaduais na cidade de Maringá-PR, sob a supervisão de duas professoras e um professor concursado da rede.

Embora sejam instituições de ensino da rede estadual, cada colégio possui uma dinâmica própria. Uma das escolas segue o modelo de Educação em Tempo Integral, conforme o programa atual do Estado do Paraná; outra atua no ensino regular tradicional, com três turnos e turmas do Ensino Fundamental, Médio e EJA; por fim, a terceira integra o novo programa estadual Parceiro da Escola. Essas realidades tão distintas têm nos mostrado que a presença do PIBID nessas instituições também é sentida e absorvida de formas diversas. O que isso pode resultar na formação das/os licenciadas/os? Como os modelos diferenciados de



gestão escolar moldam a atuação do PIBID? Essas questões, ainda sem resposta definida, motivam parte das inquietações que se pretende trazer para discussão.

A presente comunicação tem como objetivo pensar sobre essa política em seus propósitos de formação e atuação em sala de aula, mas também como uma política de resistência, no tocante à permanência do Ensino de Sociologia nos currículos escolares diante das mudanças ocasionadas, nos últimos anos, pela implementação do Novo Ensino Médio (NEM) e da instalação dos Parceiros da Escola, no caso específico do Estado do Paraná.

METODOLOGIA (OU MATERIAIS E MÉTODOS)

Trata-se de um debate que se fundamenta numa pesquisa em andamento, de caráter qualitativo e exploratório. A discussão efetiva-se, metodologicamente, por meio da experiência de atuação e coordenação do PIBID de Ciências Sociais da Universidade Estadual de Maringá. Nesse percurso, tem sido necessário compreender a lógica institucional que estrutura o PIBID como uma política pública e planejar um conjunto de atividades formativas para participar da execução do projeto do núcleo, bem como mergulhar no cotidiano das três escolas públicas atendidas pelo programa com um olhar atento aos sentidos e significados pedagógicos de nossa própria presença nos espaços escolares.

Para isso, é preciso encarar a escola como um campo de observação e participação; ou seja, “permitir-se ser afetado pelas experiências de estar na escola, em sala de aula, em relação a outros corpos e a tudo aquilo que envolve a prática pedagógica” (Carniel e Thomaz, 2021, p. 116). Desse modo, procuramos descrever e analisar os diferentes efeitos do PIBID de Ciências Sociais nas escolas, tanto como uma maneira de cartografar os rumos da educação pública no estado do Paraná quanto como um modo de projetar horizontes de resistência para o ensino de Sociologia na educação básica brasileira.

REFERENCIAL TEÓRICO

Ao longo da história das políticas públicas de educação no Brasil, identificadas por Saviani (2008) como políticas de “contínua descontinuidade”, muito se propôs em relação à formação docente. Desde 2008, essa preocupação tem sido



alicerçada por meio do Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência, o chamado PIBID. Mas, o que faz desse programa uma política educacional efetiva?

As políticas públicas podem ser compreendidas, conforme Saraiva (2006, p. 28), como “um fluxo de decisões públicas, orientado a manter o equilíbrio social ou introduzir desequilíbrios destinados a modificar essa realidade”. No campo da educação, essas políticas assumem a forma de programas e ações de governo que refletem não apenas diretrizes estatais, mas também os valores, ideias e práticas das comunidades escolares (Krawczyk, 2020).

Além disso, conforme aponta Bernstein (1996), tais ações são constantemente recontextualizadas por diferentes atores sociais que disputam a produção do conhecimento oficial e o controle dos discursos e práticas pedagógicas. Compreender essas políticas em seus contextos históricos e sociais, segundo Santos (2022), é fundamental para reconhecer as prioridades traçadas diante dos inúmeros desafios sociais, econômicos e políticos que atravessam o cotidiano escolar.

Sabemos que a Sociologia, como disciplina escolar, tem sofrido ao longo dos anos idas e vindas dentro das instituições educacionais brasileiras. Santos *et all* (2018) afirmam que os não-lugares da Sociologia são marcados pelos contextos governamentais. Com a promulgação da Lei nº 14.945/24, que implementou o Novo Ensino Médio (NEM), houve a retirada da obrigatoriedade da disciplina dos currículos escolares, o que afeta a maneira como a Sociologia tem se configurado dentro das salas de aula. A disciplina, que já ocupava um espaço marginal e contestado no currículo escolar, enfrentando redução de carga horária, novas atribuições nos itinerários formativos e desafios na prática docente, vê-se agora diante de obstáculos ainda maiores para consolidar-se como um campo crítico, reflexivo e formador de consciência cidadã.

Além das modificações dadas pelo NEM, no caso do Estado do Paraná, a criação do Programa Parceiro da Escola, por meio da Lei nº 22.006/24 (Brasil, 2024)⁴, trouxe novas preocupações relacionadas com a autonomia pedagógica e curricular. Mesmo que a lei se apresente como uma “parceria administrativa”, na prática cotidiana questionamentos são feitos por parte de docentes, discentes e

⁴ Em seu segundo artigo, a lei autoriza: “[...] a Secretaria de Estado da Educação - SEED a celebrar contrato com pessoas jurídicas de direito privado especializadas na prestação de serviços de gestão educacional e implementação de ações e estratégias que contribuam para a melhoria do processo de ensino e aprendizagem dos alunos e a eficiência na gestão das unidades escolares”.



pibidianas/os a respeito de como essa parceira interfere ou não na organização pedagógica das aulas e na atuação profissional de professoras/es.

Nesse cenário, o PIBID aparece como uma estratégia contra hegemônica, capaz de tensionar essas imposições a partir da formação crítica e engajada de futuras/os docentes. A própria presença das/os pibidianas/os nas escolas, ainda que limitada por restrições curriculares, revela-se uma ação de resistência simbólica e prática.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A inserção das/os pibidianas/os no interior das escolas foi marcada por reuniões iniciais, como uma primeira conversa informal, entre alunas/os, professoras/es, coordenação pedagógica e direção. O intuito desse primeiro contato foi apresentar aos bolsistas as dinâmicas institucionais, algumas regras e o conhecimento do ambiente escolar. Cada encontro foi agendado com a escola por meio do/a professor/a responsável pela disciplina de Sociologia e supervisor/a do PIBID-Sociologia.

O primeiro encontro foi realizado no dia 27 de março de 2025 às: 09:00 horas, na Escola de Tempo Integral. Ela está localizada na Zona 05, na cidade de Maringá (PR), dita como uma Zona Central. O ambiente escolar foi originalmente construído em um espaço ao lado do horto florestal, isso confere ao local uma arborização e a presença de alguns animais.

Na hora marcada estavam presentes sete pibidianas/os, uma das coordenadoras do Programa e a professora/supervisora do colégio. Fomos atendidos pela vice-diretora, que nos encaminhou para uma sala de reunião com a pedagoga responsável pelas turmas do Ensino Médio. A escola conta com quatro pedagogas, que estão divididas em duas para o período integral, uma para o período matutino e 1 para o período vespertino. A reunião começou com a apresentação de todas/os e após essa primeira rodada de identificação, a pedagoga nos contou a história da escola. Trata-se de uma instituição de 500 alunas/os que atende não somente estudantes de Maringá-PR, como também de cidades próximas. Embora na área central, a escola fica entre alguns bairros periféricos. Por se tratar de uma escola em tempo integral, uma das preocupações da coordenação pedagógica, conforme descrito nesse escrito, é a de que o colégio não se torne “um



depósito” (na expressão da pedagoga) de adolescentes. O colégio atende as/os estudantes no período, das 07h30 às 16h30.

Em seguida, a pedagoga encaminhou para cada pibidiana/o um termo de compromisso, a ser lido e assinado, como forma de apresentar as regras a serem seguidas na instituição. Nas orientações constam questões relacionadas às vestimentas, à relação com alunas/os, à necessidade de se reportar a professora/supervisora, ao sigilo e à ética sobre o que acontece em sala de aula, e ao zelo pelos materiais e ambiente institucionais. Além disso, elas/es foram instruídas/os a se revezarem no momento de intervalos, pois a sala destinada às/aos professoras/es é pequena. Assim, desde que mantendo o respeito e distanciamento necessários, as/os bolsistas podem ficar durante o intervalo no pátio da escola junto com as/os alunas/os.

Após a leitura e a ciência de todas/os, os termos foram assinados e entregues à pedagoga. Neste momento, ela ainda ressalta a importância de se respeitar a Lei nº 15.100/25 que determina a restrição do uso de aparelhos de celulares na escola. Por conta dessa resolução, as/os pibidianas/os foram orientadas/os a não utilizarem os celulares enquanto estiverem no ambiente escolar.

O segundo encontro ocorreu no dia 27 de março de 2025, às: 14h50, no colégio que faz parte do Programa “Parceiro da Escola”. Fomos recebidos pelo professor/supervisor de Sociologia e encaminhados para a sala dos/as professores/as para conversar com a diretora. Estávamos em seis pibidianos/as e uma coordenadora institucional. A escola está localizada na Zona Norte de Maringá-(PR). Atualmente, ela conta com cerca de 1000 alunas/os, divididos nos turnos matutino e vespertino, sendo no período da manhã destinado ao Ensino Médio e o período da tarde ao Ensino Fundamental. Assim como várias escolas no Estado do Paraná, essa também já não atende mais o ensino noturno.

A diretora propõe uma rodada de apresentação e assim fizemos, após as identificações. Na conversa, ela ressaltou que pouco sabia sobre o que seria o PIBID-Sociologia, porém, que confiava em seu professor para melhor conduzir os trabalhos. Ela ainda salientou que estava apenas há 2 meses na direção da escola. Ao ser questionada sobre como fora escolhida, considerando que a escola integra um novo modelo de gestão implementado pela Secretaria de Educação Estadual do Paraná (SEED), ela comentou que participou de um credenciamento, chamado de Banco de Talento, realizado pelo Estado do Paraná, que contou com uma avaliação



formativa, no valor de 3 pontos e uma entrevista – online, no valor de 7 pontos. O seu contrato nesta escola, ela afirmou, terá como duração apenas o ano de 2025.

Diante da falta de informação sobre como tem funcionado o Projeto “Parceiro da Escola” muitas perguntas foram destinadas a entender essa dinâmica. A diretora nos contou que a metade do seu corpo docente foi contratado de maneira terceirizada, por uma empresa, que responsável pela gestão da instituição. Há na escola quatro pedagogas, sendo apenas uma concursada. Ela não soube nos dizer, quando questionada, como serão as eleições para a direção em 2025. Afirmou que acredita que as escolas que tiveram parte da gestão privatizada e as escolas cívico-militares serão determinadas pela SEED-Paraná. Nesta escola, além das professoras/es contratadas/os, existe também monitoras/es de diferentes áreas, que tem como objetivo não permitir que nem uma sala fique sem professor/a.

Ao longo da reunião não houve nenhuma orientação específica para as/os pibidianas/os. Nada em relação às vestimentas ou em relação ao comportamento com os/as alunos/as. A diretora evidenciou ser de responsabilidade do professor/supervisor as diretrizes e dinâmicas a serem seguidas. Novamente, afirmou não saber como funciona o PIBID, mas que acreditava ser algo positivo. Neste momento, o professor/supervisor apresentou algumas de suas propostas de trabalho e afirmou que a escola não conta com um livro da disciplina de Sociologia, por essa razão, ele tem preparado o próprio material didático e disponibilizado para os/as estudantes. Essa informação soou como uma revelação para a diretora, que parabenizou o professor pela iniciativa. Por último, ela fez um tour pela escola, mostrou os espaços, uma quadra poliesportiva, um pátio/refeitório, dois blocos de sala de aula e os banheiros. A escola nos pareceu bem deteriorada, necessitando de uma reforma.

No dia 09 de abril de 2025, às 9h30 realizamos a nossa terceira reunião. Agora em uma escola que pode ser chamada de tradicional. O colégio está localizado na zona norte da cidade, cercado por diferentes conjuntos habitacionais. Fomos recebidos pela professora/supervisora que nos apresentou à equipe diretiva. O acolhimento à coordenadora institucional e as/aos oito pibidianas/ao presentes foi algo que nos chamou atenção, já que fomos recebidas/os com calorosos abraços e palavras positivas sobre a importância na presença do PIBID no colégio. Assim, fomos encaminhadas/os à sala da direção. Atualmente, a escola possui 1500 alunas/os distribuídos em três turnos, matutino, vespertino e noturno. O diretor



afirmou que se trata de uma das únicas escolas, em Maringá, que ainda tem esse atendimento de Ensino Fundamental, Médio e EJA, nos três turnos. Em sua fala, ele afirmou que a instituição tem resistido aos ataques do governo e assim tem evitado tanto a “militarização” quanto “a privatização” da escola. A ideia de que a escola é um lugar de resistência apareceu pela primeira vez nesses encontros, assim como, a noção de que o PIBID pode auxiliar as novas gerações de professoras/es a entender o espaço escolar como um ambiente político e de luta permanente.

O tom da reunião foi mantido, exatamente, com essa intenção de que era um prazer receber as/os pibidianas/os na instituição, que eles tinham liberdade para participar das ações da escola e que são bem-vindas/os para cooperar no desenvolvimento de uma educação crítica. A professora/supervisora assumiu seu padrão no colégio há poucos meses, mas ressaltou que se sente acolhida dentro de um ambiente que ela classificou como diferenciado. Aliás, a pedagoga afirmou que 90% das/os professoras/es possuem o padrão de trabalho na instituição, o que segundo ela, é um ponto positivo para o desenvolvimento da proposta pedagógica que defendem como imprescindível para a realização do processo de ensino e aprendizagem. Para gerenciar tantas demandas, a escola conta com cinco pedagogas no período matutino, três no vespertino e três no noturno. Tem um diretor geral e mais auxiliares de direção em todos os turnos.

Ao longo da reunião, foram apresentadas as variadas atividades que ocorrem na escola, tais como a Agenda Semanal, que fica disponível para consulta no mural, na sala da direção, na qual consta a programação da eleição do Grêmio Estudantil a ser realizada até o final de abril. As/os pibidianas/os passaram a fazer inúmeras perguntas sobre essas atividades e assim fomos informados sobre o projeto de monitoras/es e sobre o projeto ganhando o mundo – um intercâmbio promovido pela SEED-Paraná – sobre o, programas de estudo para atletas, sobre as ações do professor auxiliar e, à medida que cada ação era nos apresentados, mais as/os estudantes se sentiam animadas/os para vivenciar aquela instituição. Em todos os momentos a pedagoga reafirmava a importância da presença do PIBID e como outras áreas já haviam desenvolvido atividades diferenciadas na escola.

No final do encontro, fomos acompanhados pela professora/supervisora para conhecer a instituição. Trata-se de um prédio com blocos escolares, um pátio/recreio, um espaço arborizado com mesinhas de concreto para atividades, uma sala de professores com um espaço em anexo. Tanto a direção quanto a



professora/supervisora enfatizaram que as/os pibidianas/os poderiam fazer suas refeições, se assim preferissem, junto com as demais professoras/es. As instalações, porém, embora acolhedoras não comportam muito mais pessoas. Ao retornamos para a sala da direção, o diretor nos contou que por se tratar de um colégio de bairro, afastado da área central, há um estigma em relação a escola, de ter um ensino ruim ou alunas/os desinteressados. Para que essa imagem seja transformada, eles têm trabalhado, ano após ano, com a divulgação das ações escolares e do êxito das/os alunas/os. Ele finalizou a sua fala afirmando sua luta permanente pela educação pública.

Após as três reuniões e a inserção das/os pibidianas/os ao cotidiano escolar, foi a hora das distribuições das aulas. Confirmamos uma situação que já era conhecida e que, infelizmente, permanece devido às mudanças propostas pelo NEM: as aulas de Sociologia são poucas, não atendem à carga horária do professor/a e precisam ser distribuídas junto a outros itinerários formativos. Somente a professora/supervisora da escola tradicional, possui sua carga horária fechada com a disciplina de Sociologia. Assim, as/os alunas/os do PIBID-Sociologia estão envolvidas/os com diferentes conteúdos e práticas pedagógicas.

Diante de uma realidade tão múltipla, entendemos que muito mais do que um programa de iniciação à docência, o PIBID possibilita pensar o ambiente escolar e tudo o que interfere e influencia no seu desenvolvimento cotidiano. O Programa permite, ainda, que sejam observados e analisados os diversos modelos e práticas pedagógicas que acompanham as mudanças trazidas pela implementação do NEM e de projetos como as escolas cívico-militares e as “escolas parceiras”.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (PIBID) integra uma agenda política (CARVALHO, 2016) em constante disputa e debate. A recente aprovação do Projeto de Lei nº 7.552/2014, em 28 de maio de 2025, representa um passo significativo rumo à transformação do programa em uma política de Estado, assegurando sua institucionalização e continuidade, independentemente das mudanças de governo.



Neste contexto, chama-nos atenção não apenas a análise da política do PIBID-Sociologia em si, mas, sobretudo, a forma como ela pode se configurar como um ato de resistência, sobretudo diante da adoção de modelos de gestão que, de muitas formas, afetam o caráter público e republicano da escola pública. Essa resistência se expressa por meio da inserção e presença ativa dos(as) alunos(as) bolsistas no ambiente escolar, atuando e fazendo frente às distintas gestões que moldam a realidade educacional no Estado do Paraná.

Caracterizamos essa política de resistência como a expressão da capacidade crítica desenvolvida pelas(os) pibidianas(os) ao compreenderem que o processo formativo extrapola os limites da sala de aula. Tal processo se concretiza também na luta por uma educação pública de qualidade e na defesa da permanência da disciplina de Sociologia no currículo escolar, elemento essencial ao processo de ensino e aprendizagem. Além disso, essa experiência permite vivenciar na prática os efeitos das transformações promovidas pelo Novo Ensino Médio (NEM) e pelos novos programas de gestão da educação pública em curso no Estado do Paraná.

REFERÊNCIAS

BERNSTEIN, B. A estruturação do discurso pedagógico: classe, códigos e controle. Vozes: **Petrópolis**, 1996.

BRASIL. **Lei nº 14.945**, de 31 de julho de 2024. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), a fim de definir diretrizes para o ensino médio, e as Leis n.º 14.818, de 16 de janeiro de 2024, 12.711, de 29 de agosto de 2012, 11.096, de 13 de janeiro de 2005, e 14.640, de 31 de julho de 2023. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2024/lei-14945-31-julho-2024-796017-publicacaooriginal-172512-pl.html>. Acesso em 29. Abr.2025.

BRASIL. **Lei nº 15.100**, de 13 de janeiro de 2025. Dispõe sobre a utilização, por estudantes, de aparelhos eletrônicos pessoais portáteis nos estabelecimentos públicos e privados de ensino da educação básica. Brasília, DF. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2025/lei-15100-13-janeiro-2025-796892-publicacaooriginal-174094-pl.html>. Acesso em: 02.jun.2025.

BRASIL. Projeto de Lei nº 7.552, de 2014. **Senado Federal**. Brasília, DF. Disponível em: https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1255418&filename=Avulso%20PL%207552/2014 Acesso em: 02.jun.2025



BRUNETTA, A. A.; BODART, C.N.; CIGALES, M. P. PIBID. In: Dicionário do Ensino de Sociologia. verbete. Maceió: **Editora Café com Sociologia**, 2020. p. 309-312.

CARNIEL, F.; BUENO, Z. de P. O Ensino de Sociologia e os seus públicos. **Educação & Sociedade**, v. 39, n. 144, p. 671–685, 2018.

CARNIEL, F.; THOMAZ, D. Quando o campo é o estágio: etnografia e formação docente. **CAMPOS**, v. 22, n. 2, p. 115-131, 2021.

CARVALHO, Guilherme. Augusto Batista. A formação da agenda de políticas públicas no presidencialismo de coalizão. **Olhares Plurais**, v. 16, n. 1, 2017. p.170-179.

FREIRE, P. Pedagogia do Oprimido. São Paulo: **Paz e Terra**, 2018.

KRAWCZYK, N. Política Educacional. In: Dicionário do Ensino de Sociologia. verbete. Maceió: **Editora Café com Sociologia**, 2020. p. 320-324.

PARANÁ. Lei nº 22.006, de 4 de junho de 2024. Institui o Programa Parceiro da Escola. Curitiba, PR: **Assembleia Legislativa do Estado do Paraná** 2024.

Disponível em:

<https://www.aen.pr.gov.br/sites/default/arquivos_restritos/files/documento/2024-06/pl345.2024lei22.006.pdf> Acesso: 29. abr. 2025.

SANTOS, R. O. *et al.* Políticas Públicas de Educação: uma reflexão sobre o não lugar do ensino de Sociologia. **Colloquium Humanarum**, vol. 15, n. Especial 2, Jul–Dez, 2018, p. 486-492.

SANTOS, R. O. Políticas públicas de educação e as tecnologias digitais: O (re)pensar do ensino superior no século XXI. **Tese**. Maringá – PR, 2022.

SARAIVA, E. Introdução à teoria da política pública. In: Políticas públicas. v.1. Brasília: **ENAP**, 2006. p. 21-42.

SAVIANI, DI. A defesa da escola pública no Brasil: difícil, mas necessária. In: Escola pública: tempos difíceis, mas não impossíveis. Campinas: FE/UNICAMP; Uberlândia: **Navegando**, 2018.